

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	9
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO.....	13
A ESTRUTURAÇÃO DO LIVRO	21
ÍNDICE CRONOLÓGICO REMISSIVO	22
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	22

– PARTE I –

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I	
LICITAÇÕES	25
1. Adequação e revisões do projeto básico e executivo	25
2. Adjudicação por item e não por preço global nas licitações com objeto divisível	34
3. Comprovação da condição de fornecedor exclusivo	40
4. Contratação de serviços de supervisão de obra	45
5. Critério de aceitabilidade dos preços nas contratações de obras e serviços de engenharia	47
6. Definição precisa do objeto da licitação	52
7. Dispensa de licitação do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93	56
8. Dispensa de licitação do art. 24, XXIII, da Lei nº 8.666/93.....	63
9. Elaboração de projeto de engenharia e arquitetura	69
10. Exequibilidade das propostas de preços (Art. 48, II, § 1º, da Lei nº 8.666/93).....	71
11. Inexigibilidade de licitação em serviços técnicos especializados (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93)	77
12. Licitações na Administração Indireta.....	90
13. Número mínimo de propostas na modalidade convite	97
14. Qualificação técnica: capacidade técnico-operacional	101
15. Uso de pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia.....	109
16. Modelagem para contratação de serviços de tecnologia de informação	117
17. Indicação de marcas e padronização	121
18. Imposição de custos desnecessários e anteriores à contratação	127
19. Exigência de cadastramento no SICAF para fins de habilitação.....	132
20. Cumulatividade entre capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo e apresentação	

de garantias para fins de qualificação econômico-financeira	137
21. Comprovação da regularidade fiscal	143
22. Participação de cooperativas em licitação	148
23. Entidades organizadoras de concursos públicos e contratação direta	158
24. Exigência de índices contábeis de capacidade financeira em licitações	163

CAPÍTULO II

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	167
1. Cláusula de multa ou indenização para a Administração em caso de rescisão contratual	167
2. Limite de vigência dos contratos administrativos	170
3. Regularidade de representação na celebração do contrato administrativo	174

CAPÍTULO III

OUTROS TEMAS	177
1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	177
2. BDI para equipamentos e materiais de natureza específica	182
3. Composição de custos: vedação à inclusão de tributos diretos (IRPJ e CSLL)	187
4. Detalhamento de custos, encargos sociais e BDI	192

CAPÍTULO IV

SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS	199
1. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	199
2. Tribunal de Contas do Estado do Ceará	199
3. Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (Extinto)	200
4. Tribunal de Contas do Distrito Federal	200
5. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	203
6. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás	203
7. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	204
8. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul	205
9. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	205
10. Tribunal de Contas do Estado do Pará	208
11. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	208
12. Tribunal de Contas do Estado do Paraná	208
13. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	209
14. Tribunal de Contas do Estado do Piauí	209
15. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	209
16. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	210
17. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	210
18. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	211
19. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	212
20. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	212
21. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	212
22. Tribunal de Contas do Município de São Paulo	215

CAPÍTULO V

ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM MATÉRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	217
--	------------

– PARTE II –
AGENTES PÚBLICOS

CAPÍTULO I

APOSENTADORIAS E PENSÕES.....	227
1. Aposentadoria das Leis Complementares nº 29/76 e nº 36/79.....	227
2. Aposentadoria do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei nº 1.711/1952).....	228
3. Aposentadoria dos servidores cedidos à RFFSA.....	240
4. Aposentadoria especial dos titulares de ofícios de justiça	241
5. Aposentadoria militar.....	241
6. Aposentadoria por doença especificada em lei e nova inspeção médica	242
7. Cálculo da pensão da Lei nº 3.373/58, a partir de 1.1.1991	246
8. Cumprimento do teto para aposentadoria (CF/1969).....	247
9. Direito adquirido e aposentadoria	248
10. Montepio civil	249
11. Pensão Civil da Lei nº 3.738/60, do art. 242 da Lei nº 1.711/52 e a Lei nº 6.782/80.....	258
12. Pensão de ex-combatente funcionário civil.....	265
13. Pensão especial: dependência econômica e economia própria	267
14. Pensão Militar.....	269
15. Salário-base para cálculo de pensão de magistrado	276
16. Servidor do antigo Distrito Federal: pensão e aposentadoria.....	277
17. Servidores públicos federais aposentados com fundamento na prestação de serviço em zona de guerra	281
18. Parcelas passíveis de proporcionalização na aposentadoria proporcional	282
19. Contagem de tempo de atividade rural.....	287
20. Laudo pericial e invalidez preexistente ao óbito para fins de pensão	292
21. Requisitos para a aposentadoria por invalidez	296
22. Cumulatividade da GADF (Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função) na aposentadoria	300
23. Concessão de pensão e tempus regit actum.....	304
24. Pensão de filha maior de idade da Lei nº 3.373/1958.....	307

CAPÍTULO II

REMUNERAÇÃO E VANTAGENS (INDENIZAÇÕES, GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS).....	315
1. Anuênios.....	315
2. Equiparação ou vinculação de cargos para efeito de remuneração	317
3. Gratificação de atividade e de produtividade do Decreto-lei nº 1.445/76.....	318
4. Gratificação do art. 12 do Decreto-lei nº 113/1967	320
5. “Quintos”.....	322
6. Remuneração de empregados e dirigentes de estatais.....	332
7. Remuneração de magistrados.....	339
8. Transformação para o regime jurídico único da Lei nº 8.112/90	340
9. Verificação de limites de remuneração de pessoal	345
10. Contagem de tempo utilizado como fundamento para concessão de vantagem bienal e adicional de tempo de serviço.....	348

11. Vantagens incompatíveis com novo regime remuneratório	350
12. Pagamento de parcelas concedidas por decisão judicial	353

CAPÍTULO III

CONCURSO PÚBLICO	361
1 Obrigatoriedade de concurso público na Administração Indireta	361
2. Taxas de inscrição em concursos públicos	366
3. Admissão de pessoal nos Conselhos de Fiscalização Profissional	370

CAPÍTULO IV

OUTROS TEMAS	381
1. Acumulação de cargos	381
2. Aluguel de imóvel para servidor	386
3. Aluno monitor, estagiário e residente médico	388
4. Aquisição ou revenda de veículos a servidores	392
5. Classificação dos cargos de Ministro	393
6. Contagem de tempo de serviço	394
7. Juiz classista	420
8. Liberação de servidores do TCU	425
9. Readaptação das Leis nº 3.780/60 e 4.242/63	426
10. Reclassificação de cargos	428
11. Regime jurídico de policiais e bombeiros militares	433
12. Relações familiares	433
13. Servidor do antigo Distrito Federal: alteração de vínculo	436
14. Servidores anistiados	439
15. Terceirização de cargos existentes nos quadros da Administração	445

CAPÍTULO V

SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS	459
1. Tribunal de Contas do Estado do Acre	459
2. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	459
3. Tribunal de Contas do Estado da Bahia	462
4. Tribunal de Contas do Estado do Ceará	463
5. Tribunal de Contas do Distrito Federal	463
6. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	471
7. Tribunal de Contas do Estado de Goiás	471
8. Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	471
9. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás	472
10. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	472
11. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul	473
12. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	474
13. Tribunal de Contas do Estado do Pará	478
14. Tribunal de Contas do Estado do Paraná	481
15. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	482
16. Tribunal de Contas do Estado do Piauí	483

SUMÁRIO

17. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	484
18. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.....	484
19. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.....	485
20. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	487
21. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	489
22. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	490
23. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....	490
24. Tribunal de Contas do Município de São Paulo.....	490

– PARTE III –

JURISDIÇÃO E PROCESSO NO TCU

CAPÍTULO I

ENTIDADES E AGENTES SUJEITOS À JURISDIÇÃO DO TCU	493
1. Entidades sujeitas ao controle do TCU	493
2. Sujeição de agentes com ou sem vínculo com a administração ao tcu e ao dever de prestar contas (tomada de contas especial).....	509

CAPÍTULO II

PROCESSO NO TCU.....	523
1. Abrangência das prestações e tomadas de contas	523
2. Análise conjunta de tomadas de contas	525
3. Aplicação subsidiária do CPC aos processos no TCU	527
4. Atualização de débitos imputados pelo TCU	533
5. Certificado de Auditoria	537
6. Consultas formuladas ao TCU.....	539
7. Contas do Chefe do Executivo e demais administradores	544
8. Contas dos ordenadores das despesas, administradores de entidades e demais responsáveis por bens e dinheiros públicos.....	547
9. Contas ilíquidáveis	549
10. Débitos decorrentes de relação trabalhista e tomada de contas.....	552
11. Desarquivamento de processos de tomada ou prestação de contas.....	556
12. Exclusão da responsabilidade do ordenador de despesas.....	560
13. Execução das decisões do TCU.....	563
14. Inspeções <i>in loco</i>	572
15. Multas cominadas pelo TCU	574
16. Parcelamento de débitos.....	583
17. Princípio da ampla defesa.....	586
18. Processo administrativo interno e tomada de contas especial.....	593
19. Racionalização administrativa: arquivamento de processos com débitos inferiores aos limites legais.....	596
20. Recolhimento parcial do débito por um dos devedores solidários	602
21. Responsabilidade do gestor sucessor	604
22. Segunda oportunidade de defesa no julgamento de contas ordinárias ou extraordinárias	614
23. Responsabilidade solidária da pessoa jurídica de direito privado destinatária de recursos federais e de seus administradores por danos ao erário	617

CAPÍTULO III**REGISTRO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO..... 629**

1. Atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão: apreciação pelo TCU, contraditório, ampla defesa e prazo decadencial 629
2. Exame da legalidade da concessão de aposentadoria, reforma ou pensão (EC nº 7/77)..... 643

CAPÍTULO IV**OUTROS TEMAS..... 647**

1. Código de Contabilidade da União 647
2. Controle prévio de acordos, convênios e contratos..... 648
3. Débito proveniente de alcance 652
4. Escopo diferenciado da fiscalização exercida pelo Banco Central do Brasil..... 652
5. Extensão de efeitos de decisão judicial em mandado de segurança..... 653
6. Fundos de Participação..... 657
7. Irregularidades alheias à competência do TCU..... 668
8. Modificação de jurisprudência 672
9. Multas moratórias entre entes públicos..... 677
10. Normas gerais de licitação 680
11. Programa de privatização e desestatização 684
12. Restituição ao erário de importâncias recebidas de boa-fé 690
13. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento movidas pelo Estado..... 697

CAPÍTULO V**SÚMULAS DE OUTROS TRIBUNAIS DE CONTAS..... 709**

1. Tribunal de Contas do Estado de Alagoas 709
2. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas..... 709
3. Tribunal de Contas do Estado da Bahia 709
4. Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (EXTINTO) 710
5. Tribunal de Contas do Distrito Federal 710
6. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás..... 712
7. Tribunal de Contas do Estado do Maranhão 712
8. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso 712
9. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul..... 713
10. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais 716
11. Tribunal de Contas do Estado do Pará 718
12. Tribunal de Contas do Estado do Paraná..... 719
13. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco..... 720
14. Tribunal de Contas do Estado do Piauí 721
15. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro 722
16. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte..... 722
17. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul..... 725
18. Tribunal de Contas do Estado de Rondônia 726
19. Tribunal de Contas do Estado de Roraima 727
20. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo..... 727
21. Tribunal de Contas do Município de São Paulo..... 728

ÍNDICE CRONOLÓGICO REMISSIVO 729**ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO..... 759****REFERÊNCIAS 765**